Índice

Composição do Capital 1 DFS Individuais Balanço Patrimonial Ativo 2 Balanço Patrimonial Passivo 3 Demonstração do Resultado 5 Demonstração do Resultado Abrangente 6 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 8 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFS Consolidadas 11 Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração dos Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2020 20
Balanço Patrimonial Ativo 2 Balanço Patrimonial Passivo 3 Demonstração do Resultado 5 Demonstração do Resultado Abrangente 6 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFS Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração dos Mutações do Patrimônio Líquido 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19
Balanço Patrimonial Passivo 3 Demonstração do Resultado 5 Demonstração do Resultado Abrangente 6 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 8 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFS Consolidadas Balanço Patrimonial Passivo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
Demonstração do Resultado 5 Demonstração do Resultado Abrangente 6 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração do Resultado Abrangente 6 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 8 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFS Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 8 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFS Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 8 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFS Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 8 DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFs Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 9 DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFS Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 10 Demonstração de Valor Adicionado 11 DFs Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
Demonstração de Valor Adicionado 11 DFs Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
DFs Consolidadas Balanço Patrimonial Ativo 12 Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
Balanço Patrimonial Ativo Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
Balanço Patrimonial Passivo 14 Demonstração do Resultado 16 Demonstração do Resultado Abrangente 17 Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 19 DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
Demonstração do Resultado16Demonstração do Resultado Abrangente17Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)18Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido19
Demonstração do Resultado Abrangente17Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)18Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 19
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019
Demonstração de Valor Adicionado 22
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 23
Notas Explicativas 32
Pareceres e Declarações
Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 83
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 87
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 88
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	18.150.000	
Preferenciais	36.300.000	
Total	54.450.000	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	333.177	76.751	41.304
1.01	Ativo Circulante	3.699	5.178	172
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.141	4.426	0
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.141	4.426	0
1.01.03	Contas a Receber	25	11	32
1.01.03.01	Clientes	25	11	32
1.01.04	Estoques	908	29	44
1.01.07	Despesas Antecipadas	485	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.140	712	96
1.01.08.03	Outros	1.140	712	96
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	1.140	712	96
1.02	Ativo Não Circulante	329.478	71.573	41.132
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.243	41.204	7.618
1.02.01.05	Estoques	0	4.215	4.215
1.02.01.05.01	Estoques de Imóveis	0	4.215	4.215
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.243	36.989	3.403
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não Circulantes	1.243	36.989	3.403
1.02.02	Investimentos	239.137	19.196	21.892
1.02.02.01	Participações Societárias	239.137	19.196	21.892
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	239.137	19.196	21.892
1.02.03	Imobilizado	7.401	11.173	11.622
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.401	11.173	11.622
1.02.04	Intangível	81.697	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	333.177	76.751	41.304
2.01	Passivo Circulante	23.732	31.299	40.327
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.194	9.264	13.792
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.194	9.264	13.792
2.01.02	Fornecedores	12.927	5.140	7.443
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.927	5.140	7.443
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.561	15.237	15.290
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.561	15.237	15.290
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	1.621	2.148	4.141
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	1.940	13.089	11.149
2.01.05	Outras Obrigações	6.050	1.658	3.802
2.01.05.02	Outros	6.050	1.658	3.802
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	36	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6	6
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	6.050	1.616	3.760
2.02	Passivo Não Circulante	202.474	285.466	247.348
2.02.02	Outras Obrigações	194.417	68.730	51.801
2.02.02.02	Outros	194.417	68.730	51.801
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	44.583	45.240	42.789
2.02.02.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação	29.593	3.580	3.600
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	10.307	0	0
2.02.02.02.06	Encargos Sociais	38.912	11.612	963
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	71.022	8.298	4.449
2.02.04	Provisões	8.057	216.736	195.547
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.057	5.031	4.705
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	1.612	228
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.057	1.385	3.408
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	2.034	1.069
2.02.04.02	Outras Provisões	0	211.705	190.842

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto de Controladas	0	211.705	190.842
2.03	Patrimônio Líquido	106.971	-240.014	-246.371
2.03.01	Capital Social Realizado	224.516	71.247	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	6.964	6.988
2.03.03.01	Ativos Próprios	0	6.964	6.988
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-117.545	-318.225	-281.406

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	134	165	686
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	134	165	686
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-234	-30	-1.446
3.03	Resultado Bruto	-100	135	-760
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	222.687	-31.823	-31.845
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.347	-5.904	-4.311
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	232.455	-5.940	12.551
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.579	-19.979	-40.085
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	222.587	-31.688	-32.605
3.06	Resultado Financeiro	-2.858	-5.181	-2.823
3.06.01	Receitas Financeiras	1	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.859	-5.181	-2.823
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	219.729	-36.869	-35.428
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.593	0	-356
3.08.02	Diferido	-29.593	0	-356
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	190.136	-36.869	-35.784
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	190.136	-36.869	-35.784
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0	-1,33
3.99.01.02	PN	0	0	-1,33

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	190.136	-36.869	-35.784
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.964	49	3.514
4.03	Resultado Abrangente do Período	197.100	-36.820	-32.270

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.603	-4.500	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	129.251	-16.126	-7.988
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	219.729	-36.869	-35.428
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	434	356	356
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-15.579	19.979	40.085
6.01.01.04	Provisão para Obrigações Legais	3.026	326	2.397
6.01.01.05	Provisão REFIS	0	0	-8.219
6.01.01.07	Diferimento de Impostos	0	-20	-1.195
6.01.01.08	Efeito líquido da baixa de imobilizado	-78.359	102	-5.984
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65.864	11.626	7.988
6.01.02.01	Clientes	-14	21	87
6.01.02.02	Estoques	-879	15	22
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	4.215	0	0
6.01.02.04	Impostos e Recuperar e Outros Créditos	34.833	-3.554	-1.414
6.01.02.10	Fornecedores	7.787	-855	342
6.01.02.11	Salários, Provisão Férias e Encargos Sociais	19.230	8.766	2.903
6.01.02.12	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	-2.026	2.374	4.155
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-129.010	4.859	1.893
6.01.03	Outros	-48.784	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-171.157	-9	0
6.02.01	Aquisições de Ativo Investimentos, Imobilizado e Intangível	-171.157	-9	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	153.269	8.935	0
6.03.03	Aumento de Capital Social	153.269	8.935	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.285	4.426	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.426	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.141	4.426	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.247	6.964	0	-318.225	0	-240.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.247	6.964	0	-318.225	0	-240.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	153.269	0	0	0	0	153.269
5.04.01	Aumentos de Capital	153.269	0	0	0	0	153.269
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.964	0	200.680	0	193.716
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	190.136	0	190.136
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-10.544	0	10.544	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	3.580	0	0	0	3.580
5.07	Saldos Finais	224.516	0	0	-117.545	0	106.971

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	6.988	0	-281.405	0	-246.370
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	6.988	0	-281.405	0	-246.370
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.200	0	0	0	0	43.200
5.04.01	Aumentos de Capital	43.200	0	0	0	0	43.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.869	0	-36.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.869	0	-36.869
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-24	0	49	0	25
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-49	0	49	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	25	0	0	0	25
5.07	Saldos Finais	71.247	6.964	0	-318.225	0	-240.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.307	0	-249.135	0	-211.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.307	0	-249.135	0	-211.781
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.784	0	-35.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.784	0	-35.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.319	0	3.514	0	1.195
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-3.514	0	3.514	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	1.195	0	0	0	1.195
5.07	Saldos Finais	28.047	6.988	0	-281.405	0	-246.370

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	152	178	844
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	152	178	844
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.752	-9.311	10.857
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-33.392	-5.935	12.394
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.360	-3.376	-1.537
7.03	Valor Adicionado Bruto	-48.600	-9.133	11.701
7.04	Retenções	-434	-356	-356
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-434	-356	-356
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-49.034	-9.489	11.345
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	285.040	-19.979	-40.085
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.579	-19.979	-40.085
7.06.02	Receitas Financeiras	1	0	0
7.06.03	Outros	269.460	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	236.006	-29.468	-28.740
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	236.006	-29.468	-28.740
7.08.01	Pessoal	12.488	1.680	2.888
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.488	1.680	2.888
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.655	540	1.333
7.08.02.01	Federais	32.655	540	1.333
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	727	5.181	2.823
7.08.03.01	Juros	727	5.181	2.823
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	190.136	-36.869	-35.784
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.136	-36.869	-35.784

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	419.107	63.722	55.305
1.01	Ativo Circulante	117.526	39.712	21.255
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.339	4.583	46
1.01.01.01	Caixa e Bancos	19.339	4.583	46
1.01.03	Contas a Receber	43.986	4.072	1.699
1.01.03.01	Clientes	33.974	2.360	478
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Receber	33.974	2.360	478
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.012	1.712	1.221
1.01.03.02.01	Devedores Venda de Imóveis e Outros Imóveis	0	0	1.221
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	10.012	1.712	0
1.01.04	Estoques	37.374	19.260	19.493
1.01.04.01	Material de Construção e Revenda	19.073	959	1.192
1.01.04.02	Estoque de Imóveis	18.301	18.301	18.301
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.878	2.329	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.878	2.329	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	493	2	17
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	493	2	17
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.456	9.466	0
1.01.08.03	Outros	7.456	9.466	0
1.01.08.03.01	Outras Contas a receber	7.456	9.466	0
1.02	Ativo Não Circulante	301.581	24.010	34.050
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.243	9.644	15.856
1.02.01.04	Contas a Receber	1.243	5.429	11.641
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.243	5.429	11.641
1.02.01.05	Estoques	0	4.215	4.215
1.02.01.05.01	Estoques de Imóveis	0	4.215	4.215
1.02.02	Investimentos	40.251	0	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	40.251	0	0
1.02.03	Imobilizado	60.585	14.344	18.093

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	60.585	14.344	18.093
1.02.04	Intangível	199.502	22	101
1.02.04.01	Intangíveis	199.502	22	101
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	199.502	22	101

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

2 Passivo Total 413.107 63.722 2.01 Passivo Croulante 97.784 157.693 2.01.01 Obrigações Sociais e Trabalhistas 25.614 44.733 2.01.02.02 Pomecodores Nacionais 27.699 19.251 2.01.02.01 Pomecodores Nacionais 27.699 19.251 2.01.02.01 Pomecodores Nacionais 27.699 19.251 2.01.03.01 Obrigações Fiscais 17.637 66.984 2.01.03.01 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.03.01.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Retis - Lei 9964/2000 1.621 2.148 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 0 0 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.05.02 Outras Obrigações Tributárias - Parcelamento Retis - Lei 9964/2000 7.887 4.029 2.01.05.02.02	Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.0.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas 25.614 44.733 2.01.0.1.0 Obrigações Trabalhistas 25.614 44.733 2.01.0.2 Pornecadores Nacionalis 27.639 19.251 2.01.0.2.0 Fornecedores Nacionalis 27.639 19.251 2.01.0.3.0 Obrigações Fiscais 66.984 2.01.0.3.0 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.0.3.0.1 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.0.3.0.1.0 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.0.3.0.1.0 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.0.3.0.1.0 Obrigações Fiscais Federais 18.016 66.984 2.01.0.3.0.1.0 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2001 0 0 2.01.0.3.0.1.0 Obrigações Tributárias - Outros 19.007 22.696 2.01.0.4.0 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.0.4.0.1 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.0.5.0.2.0 Dutros 7.887 <td>2</td> <td>Passivo Total</td> <td>419.107</td> <td>63.722</td> <td>55.305</td>	2	Passivo Total	419.107	63.722	55.305
2.01.01.02 Obrigações Trabalhistas 25.614 44.733 2.01.02 Fornecedores 27.639 19.251 2.01.02.01 Fornecedores Nacionais 27.639 19.251 2.01.03.01 Obrigações Fiscais 17.637 66.984 2.01.03.01 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.03.01.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 1.621 2.148 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 0 0 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 16.016 64.836 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.05.02 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outras Obrigações 7.887 3.987 2.01.05.02 Outras Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 20.20.20	2.01	Passivo Circulante	97.784	157.693	218.316
2.01.0.2 Fornecedores 27.639 19.251 2.01.0.2.01 Fornecedores Nacionais 27.639 19.251 2.01.0.3 Obrigações Fiscais Federias 17.637 66.984 2.01.0.3.01 Obrigações Fiscais Federias 17.637 66.984 2.01.0.3.01.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 1.621 2.148 2.01.0.3.01.03 Obrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.0.3.01.05 Obrigações Tributárias - Outros 19.007 22.696 2.01.0.4.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.0.4.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.0.4.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.0.5.02 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.0.5.02 Dividendos e JCP a Pagar 0 6 2.01.0.5.02.02 Dividendos e JCP a Pagar 0 6 2.01.0.5.02.02 Dividendos e JCP a Pagar 7.887 4.029 2.01.0.5.02.02 Dividendos e JCP a Pagar 20.02.02 </td <td>2.01.01</td> <td>Obrigações Sociais e Trabalhistas</td> <td>25.614</td> <td>44.733</td> <td>56.859</td>	2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.614	44.733	56.859
2.01.02.01 Formecedores Nacionais 27.639 19.251 2.01.03 Obrigações Fiscals 17.637 66.984 2.01.03.01 Obrigações Fiscals Federais 17.637 66.984 2.01.03.01.03 Obrigações Fiscals Federais 17.637 66.984 2.01.03.01.03 Obrigações Firabidárias - Parcelamento RERT - Lei 13496/2017 0 0 2.01.03.01.05 Obrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05.01 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outros 7.887 4.029 2.01.05.02 Dividendos e JCP a Pagar 0 6 2.01.05.02.02 Dividendos Minimo Obrigações a Pagar 7.887 3.987 2.02.02.02 Dividendo Minimo Obrigações a Pagar 26.295 115.731 2.02.02.02 Outras Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis	2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.614	44.733	56.859
2.01.03 Obrigações Fiscais 17.637 66.984 2.01.03.01 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.03.01 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 11.621 2.148 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 0 0 2.01.03.01.05 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 16.016 64.836 2.01.03.01.05 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.05.02 Outros Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outros Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Obridacidos a Págar 7.887 3.987 2.02.0	2.01.02	Fornecedores	27.639	19.251	29.673
2.01.03.01 Obrigações Fiscais Federais 17.637 66.984 2.01.03.01.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 1.621 2.148 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 0 0 2.01.03.01.05 Obrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05.02 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendos Drigações 7.887 4.029 2.01.05.02.02 Dividendos Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendos Obrigações Tributárias - Pagar 7.887 3.987 2.02.02.02 Outras Cortas a Pagar 7.887 3.987 2.02.02.02 Outras Cortas a Pagar 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Outras Cortas a Pagar 206.295 115.731 2.02.02.02.02 O	2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.639	19.251	29.673
2.01.03.01.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 19496/2000 1.621 2.148 2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.03.01.05 Obrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.04 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05.02 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outros 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02.05.02.02 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02.02.02 Outras Obrigações Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02.02.02.02 Outras Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02.02.02 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 38.9	2.01.03	Obrigações Fiscais	17.637	66.984	67.650
2.01.03.01.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017 0 0 2.01.03.01.05 Obrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.04 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outros 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendo Minimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.02 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 38.912 53.861	2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.637	66.984	67.650
2.01.03.01.05 Öbrigações Tributárias - Outros 16.016 64.836 2.01.04 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01.01 Im Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05 Outros Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Unitos 2.01 bi videndos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.01 Ividendos funimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.02 Untras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02 Outros Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 29.593 3.580 2.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02 Outros Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.02.02.02 Outros Contas a Pagar 38.912 53.861 2.02.02.02.02	2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000	1.621	2.148	4.141
2.01.04 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendo Minimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.05 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02.03 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.05 Incargos Socials 39.912 53.861 2.02.02.02.05 Ticargos Socials 39.912 53.861 2.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar	2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017	0	0	36.996
2.01.04.01 Empréstimos e Financiamentos 19.007 22.696 2.01.04.01.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.03 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02 Outras Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02.05 Ibrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.02.02.03 Outras Contas a Pagar 8.057 30.312	2.01.03.01.05	Obrigações Tributárias - Outros	16.016	64.836	26.513
2.01.04.01.01 Em Moeda Nacional 19.007 22.696 2.01.05 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outros 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.05 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02.02 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02 Dirigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.02.02.03 Provisões 8.057 30.312	2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.007	22.696	34.027
2.01.05 Outras Obrigações 7.887 4.029 2.01.05.02 Outros 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.05 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02.02 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.02 Provisões 8.057 30.312	2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.007	22.696	34.027
2.01.05.02 Outros 7.887 4.029 2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.05 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.007	22.696	34.027
2.01.05.02.01 Dividendos e JCP a Pagar 0 36 2.01.05.02.02 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.05 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02.02 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.01.05	Outras Obrigações	7.887	4.029	30.107
2.01.05.02.02 Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar 0 6 2.01.05.02.05 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.02 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.01.05.02	Outros	7.887	4.029	30.107
2.01.05.02.05 Outras Contas a Pagar 7.887 3.987 2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.05 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.02 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	36	36
2.02 Passivo Não Circulante 214.352 146.043 2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.05 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.02.06 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.02.07 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6	6
2.02.02 Outras Obrigações 206.295 115.731 2.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.05 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.06 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.07 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	7.887	3.987	30.065
2.02.02.02 Outros 206.295 115.731 2.02.02.02.03 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refís - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.05 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.06 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.07 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.02	Passivo Não Circulante	214.352	146.043	83.359
2.02.02.02.30 Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000 44.620 45.240 2.02.02.02.05 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.06 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.07 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.02.02	Outras Obrigações	206.295	115.731	48.665
2.02.02.02.05 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação 29.593 3.580 2.02.02.02.06 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.07 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.02.02.02	Outros	206.295	115.731	48.665
2.02.02.02 Obrigações Tributárias - Outros Impostos 22.248 30 2.02.02.02.07 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000	44.620	45.240	42.789
2.02.02.02.07 Encargos Sociais 38.912 53.861 2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.02.02.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação	29.593	3.580	3.600
2.02.02.02.08 Outras Contas a Pagar 70.922 13.020 2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.02.02.02.06	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	22.248	30	0
2.02.04 Provisões 8.057 30.312	2.02.02.02.07	Encargos Sociais	38.912	53.861	2.276
	2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	70.922	13.020	0
2.02.04.01 Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis 8.057 30.312	2.02.04	Provisões	8.057	30.312	34.694
****	2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.057	30.312	34.580

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	3.879	1.746
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.801	17.758	27.864
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.256	8.675	4.970
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	114
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto de controladas	0	0	114
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	106.971	-240.014	-246.370
2.03.01	Capital Social Realizado	224.516	71.247	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	6.964	6.988
2.03.03.01	Ativos Próprios	0	6.964	6.988
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-117.545	-318.225	-281.405

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	76.863	25.536	1.753
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	76.863	25.536	1.753
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.128	-23.908	-8.730
3.03	Resultado Bruto	23.735	1.628	-6.977
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	199.870	-21.595	-14.406
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.106	-6.801	-6.407
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	231.192	-14.794	-7.885
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.216	0	-114
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	223.605	-19.967	-21.383
3.06	Resultado Financeiro	-3.792	-16.740	-13.942
3.06.01	Receitas Financeiras	32	16	25
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.824	-16.756	-13.967
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	219.813	-36.707	-35.325
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.677	-162	-458
3.08.01	Corrente	-84	0	0
3.08.02	Diferido	-29.593	-162	-458
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	190.136	-36.869	-35.783
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	190.136	-36.869	-35.783
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	190.136	-36.869	-35.784
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	190.136	-36.869	-35.783
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.964	49	3.514
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	197.100	-36.820	-32.269
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	197.100	-36.820	-32.268
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	-1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.722	10.120	1.528
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	202.830	-26.429	-19.097
6.01.01.01	Prejuízo antes Imposto de Renda e Contribuição Social	219.813	-36.707	-35.325
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	683	1.530	2.780
6.01.01.03	Efeito Líquido da Baixa do Imobilizado	-630	2.298	-4.620
6.01.01.05	Provisão para Obrigações Legais	-22.256	-4.268	20.578
6.01.01.06	Provisão REFIS	0	0	-8.219
6.01.01.07	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	0	10.738	6.790
6.01.01.08	Diferimento de Impostos	0	-20	-1.195
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	5.220	0	114
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-210.552	36.549	20.625
6.01.02.01	Clientes	-20.362	-1.882	969
6.01.02.02	Estoques	-139	233	733
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	4.215	0	0
6.01.02.04	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	40.505	-4.298	2.673
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	4.382	-1.712	1.136
6.01.02.12	Fornecedores	-166.831	-1.976	70
6.01.02.13	Salários, Provisão de Férias e Encargos Sociais	-63.125	43.401	4.402
6.01.02.14	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	-45.211	1.629	7.598
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar	36.014	1.154	3.044
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-120.829	0	0
6.02.01	Aquisições de Ativos Imobilizado e Intangível	-120.829	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	136.250	-5.583	-1.575
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	-17.019	-14.518	-1.575
6.03.03	Aumento de Capital Social	153.269	8.935	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.699	4.537	-47
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.640	46	93
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.339	4.583	46

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	71.247	6.964	0	-318.225	0	-240.014	0	-240.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.247	6.964	0	-318.225	0	-240.014	0	-240.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	153.269	0	0	0	0	153.269	0	153.269
5.04.01	Aumentos de Capital	153.269	0	0	0	0	153.269	0	153.269
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6.964	0	200.680	0	193.716	0	193.716
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	190.136	0	190.136	0	190.136
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-10.544	0	10.544	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	3.580	0	0	0	3.580	0	3.580
5.07	Saldos Finais	224.516	0	0	-117.545	0	106.971	0	106.971

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	6.988	0	-281.405	0	-246.370	0	-246.370
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	6.988	0	-281.405	0	-246.370	0	-246.370
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.200	0	0	0	0	43.200	0	43.200
5.04.01	Aumentos de Capital	43.200	0	0	0	0	43.200	0	43.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.869	0	-36.869	0	-36.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.869	0	-36.869	0	-36.869
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-24	0	49	0	25	0	25
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-49	0	49	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	25	0	0	0	25	0	25
5.07	Saldos Finais	71.247	6.964	0	-318.225	0	-240.014	0	-240.014

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.307	0	-249.135	0	-211.781	-2	-211.783
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.307	0	-249.135	0	-211.781	-2	-211.783
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.784	0	-35.784	2	-35.782
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.784	0	-35.784	2	-35.782
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.319	0	3.514	0	1.195	0	1.195
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-3.514	0	3.514	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	1.195	0	0	0	1.195	0	1.195
5.07	Saldos Finais	28.047	6.988	0	-281.405	0	-246.370	0	-246.370

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	86.273	27.876	2.276
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	86.273	27.876	2.276
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.325	-33.047	-12.782
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-41.331	-22.505	-8.217
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.994	-10.542	-4.565
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.948	-5.171	-10.506
7.04	Retenções	-684	-1.530	-2.780
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-684	-1.530	-2.780
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.264	-6.701	-13.286
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	264.276	16	-89
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.216	0	-114
7.06.02	Receitas Financeiras	32	16	25
7.06.03	Outros	269.460	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	270.540	-6.685	-13.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	270.540	-6.685	-13.375
7.08.01	Pessoal	34.784	14.231	6.471
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.784	14.231	6.471
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.631	-803	1.970
7.08.02.01	Federais	44.631	-803	1.970
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	989	16.756	13.967
7.08.03.01	Juros	989	16.756	13.967
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	190.136	-36.869	-35.783
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.136	-36.869	-35.784
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	0	1

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021

JC/VAB/HHMC/TMS 1634/22

AZEVEDO & TRAVASSOS S	. A.
-----------------------	------

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis

Relatório iinistração/Comentário do Desempenho AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Breve histórico

A Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) foi fundada em 1922, pelos engenheiros Francisco Azevedo e Francisco de Palma Travassos, e sempre se destacou como prestadora de serviços de engenharia e construção em geral, sendo a única companhia aberta brasileira no setor. Ao longo de sua história, a ATSA tem acompanhado a evolução tecnológica da engenharia brasileira e tem participado de projetos e obras emblemáticas no desenvolvimento do país. No ano de 2022 a Companhia completará 100 anos de existência e está bem-posicionada para participar de um novo ciclo virtuoso no setor de infraestrutura brasileiro que deverá ter como principal foco os investimentos privados em infraestrutura. Desde 2019 a Azevedo & Travassos vem se preparando para esse momento, tendo iniciado dois anos atrás um bem-sucedido plano de reestruturação operacional, financeira, contábil e jurídica, que permitiu à Companhia recuperar seus fundamentos econômicos.

Ao longo dos últimos 24 meses a Azevedo & Travassos reduziu seu endividamento total, tornou positivo seu Patrimônio Líquido, recuperou sua regularidade fiscal e trabalhista, realizou com sucesso duas chamadas de Capital no valor de quase R\$ 200 milhões, ampliou sensivelmente sua base de acionistas, reestruturou sua área comercial, adquiriu a Heftos Óleo & Gás Construções S/A e ampliou consideravelmente sua capacidade operacional, seja por meio da incorporação dos colaboradores da Heftos, seja por meio de novas e importantes contratações.

No ano de 2021 a Azevedo & Travassos cumpriu a meta de ampliar o seu backlog, tendo atingido, na data atual, o valor de cerca de R\$ 400.000.000,00 de saldo de contratos a executar, além de ter firmado com a Construtora Mais Lar um Memorando de Entendimentos visando o desenvolvimento de um projeto imobiliário na atual sede da Companhia. Esse projeto deverá proporcionar, nos próximos 5 anos, uma entrada de caixa de cerca de R\$ 90.000.000,00 devido a venda dos terrenos que compõem a sede, além de criar um backlog operacional de cerca de R\$ 200.000.000,00 em obras de terraplanagem, fundação e infraestrutura de saneamento e energia elétrica necessárias para realização do empreendimento. Vale ressaltar que o lançamento da primeira fase do empreendimento está em processo de aprovação na Prefeitura.

2. Aquisição da Heftos

No dia 15 de dezembro de 2021 a Azevedo Travassos SA concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da UPI HEFTOS ÓLEO E GÁS CONSTRUÇÕES S.A. O objeto da aquisição incluiu a propriedade da totalidade dos ativos operacionais (tangíveis e intangíveis) para consecução das operações da Heftos, à propriedade da matrícula que compõe o imóvel onde se desenvolvem as operações e os atestados e acervo técnico pertinente ao desenvolvimento das operações

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, para execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore.

A aquisição da Heftos complementa o portfólio de serviços da Azevedo & Travassos no setor de óleo e gás e permitirá a troca de experiências de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios acompanhada de sinergia e ganhos de escala. Essa aquisição resultará no aumento da competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, óleo e gás e energia do Grupo. Além disso a aquisição representa um passo importante na área de descomissionamento de unidades de produção de campos maduros.

3. Cenário atual

O ano de 2021 foi muito importante para a Azevedo & Travassos, pois foram tomadas medidas estratégicas e operacionais com o objetivo de posicioná-la entre as principais Companhias de Construção Pesada do país.

O PIB de 2021 fechou o ano com um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior; destaca-se a formação bruta de capital fixo, ou seja, a parcela do investimento que compõe o PIB, cresceu 34% em relação ao mesmo período, o que compreende o maior percentual dos anos 2000, e cuja parcela relevante corresponde ao investimento em infraestrutura (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais). No triênio de 2019/2021, por exemplo, foram realizados 115 leilões, com geração de R\$ 125 bilhões em outorgas e expectativa de mais de R\$ 500 bilhões de investimentos nos próximos 30 anos.

Outro marco relevante no setor de infraestrutura foi o lançamento do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (PILPI), com ações previstas entre os anos de 2021 e 2050. Os resultados da análise mostram, no chamado Cenário Referência, que o esforço governamental em reformas regulatórias e nos programas de parcerias com o setor privado surtem efeito relevante no montante de investimentos nos próximos anos, chegando a 2,5% do PIB, acima dos 2% do PIB observados nos últimos 10 anos. A superação de todas as carências de infraestrutura identificadas no país exige a ampliação desse esforço, elevando os investimentos para pouco mais de 3% do PIB ao longo dos próximos 15 anos. A maior parte dessas carências se concentra nos setores de infraestrutura hídrica, saneamento básico e mobilidade urbana. O estoque de infraestrutura, isto é, a quantidade de infraestrutura sobre a qual são prestados os serviços à sociedade, deve aumentar 2,35 vezes no Cenário Transformador.

No segundo semestre do ano passado, o BACEN iniciou um ciclo de alta da taxa de juros com o objetivo de conter o aumento da inflação, porém apesar do cenário de aperto monetário e da alta de inflação ao longo de 2021, e apesar desse movimento observamos o aquecimento da demanda do setor privado por novas contratações no setor de infraestrutura e acreditamos que essa tendência deverá se manter nos próximos anos. Esse fato está relacionado aos diversos avanços institucionais e regulatórios que destravam e impulsionam os investimentos privados em infraestrutura, Entre os principais avanços que ocorreram podemos citar: i) a continuidade do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos – com um portfólio significativo de Concessões/PPP federais, estaduais e municipais; ii) o Marco Regulatório do Saneamento Básico, cujo principal objetivo é que 99% da população tenha acesso a água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto; iii) a aprovação nova Lei do Gás Natural, que é fundamental para gerar desenvolvimento, emprego e crescimento da economia brasileira; iv) Novo Marco Regulatório do Setor Ferroviário; v) - e o Programa de Desinvestimentos da Petrobrás em refinarias de Petróleo, e venda de campos maduros de produção de óleo e gás. No caso das refinarias, deverão surgir demandas de revitalização desses ativos e, no dos campos maduros, oportunidades de descomissionamento devem totalizar investimentos superiores a US\$ 15 bilhões

Com base nesse cenário a Azevedo Travassos tomou a decisão estratégica de se posicionar fortemente para atender a demanda crescente das empresas privadas nos setores acima mencionados e com isso conseguimos abrir novos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração (pipeline) e conquistar dois novos contratos no final do ano: i) Execuções de obras ns aeroportos de Aracaju, Maceió e Juazeiro, em processo competitivo organizado pela AENA Brasil e ii) Execução das obras de engenharia para atendimento de manutenção e crescimento vegetativo de redes e ligações nos sistemas de distribuição de água e coletas de esgoto, nas áreas abrangidas pelos munícipios de São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema, em processo competitivo organizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Apesar das Eleições Presidenciais que ocorrerão no final desse ano, manteremos a nossa estratégia de focar esforços no mercado privado de infraestrutura, pois acreditamos que, independentemente do candidato que saia vencedor, haverá continuidade na trajetória de crescimento dos investimentos privados no setor de infraestrutura. Esse fato faz parte da nova realidade da economia brasileira e não está relacionada a uma questão de momento ou ideológica, mas sim à continuidade da crise fiscal do estado brasileiro e as obrigações de investimentos assumidas por grandes grupos privados nas privatizações e nos processos de concessões que ocorreram nos últimos anos

4. Crescimento do Backlog, do Pipeline, Necessidade de Capital de Giro e Estudo de utilização do Ativo Fiscal Diferido

Em 2021 a Azevedo Travassos focou em estruturar processos, contratar novos colaboradores, finalizar o processo de aquisição da Heftos e adquirir as competências necessárias para ter sucesso na sua estratégia de crescimento. Ao longo do segundo semestre de 2021 e início de 2022 as medidas tomadas começaram a dar resultado e conseguimos nos habilitar junto aos principais players do setor de infraestrutura nacional. Atualmente estamos analisando oportunidades de projetos das principais empresas do setor de rodovias, saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. Nesse período o nosso pipeline (projetos em orçamento/propostas entregues) cresceu significativamente e o nosso backlog subiu de R\$ 30,5 MM em 3T/2021 para mais de R\$ 388 MM em 31/12/2021. Conforme comentado anteriormente, na data atual esse valor é de mais de R\$ 700 MM

Importante esclarecer para os nossos acionistas que esperamos ter uma taxa de sucesso na conversão do nosso pipeline entre 10% e 15%, isso deve-se a nossa disciplina em buscar contratos onde possamos nos diferenciar, pelo Know how de engenharia adquirido ao longo da nossa história, e pela nossa disciplina de capital.

Em linha com essa estratégia elevamos o patamar de cotação de projetos da ordem de até R\$200 milhões e passamos a analisar oportunidades de obras da ordem de R\$ 500 MM servindo desde o setor de saneamento e passando pela infraestrutura de transporte até o mercado de O&G. Com o objetivo de manter a disciplina no processo de orçamento e o foco no mercado privado, buscamos contratos com pouca exposição de capital de giro e uma margem bruta que gravita em um intervalo de 10% a 12%.

Adicionalmente, estamos elaborando o estudo de utilização do Ativo Fiscal Diferido a ser apresentado e discutido nos respectivos fóruns de análise para ser implementado ainda em 2022.

5. Desempenho Econômico e Financeiro - 2021

5.1. Receita

Com base em sua carteira de obras já contratadas, a Receita Bruta anual (YTD) atinge o patamar de R\$ 86.273 Mil.

a) Companhia (ATSA)

A Receita da ATSA refere-se à locação de área para instalação de antena para serviços de telecomunicações. Assim, no exercício de 2021, a Receita Líquida Companhia foi de R\$ 134.

b) Consolidado

A Receita Líquida do exercício de 2021 foi de R\$ 76.863 Mil, contra R\$ 25.536 Mil em 2020. O efeito da receita consolidada é três vezes maior do que a do ano anterior com o impacto positivo do fluxo operacional da Heftos Óleo & Gas Construções S.A.

Relatório

ninistração/Comentário do Desempenho

5.2. Resultados

a) Companhia (ATSA)

O resultado, no período de janeiro a dezembro/21, correspondeu a um lucro de R\$ 190.136 mil, ante um resultado de R\$ (36.869) mil ocorrido em 2020.

O resultado favorável no exercício de 2021 deve-se principalmente aos efeitos contábeis da venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no primeiro trimestre de 2021 e a aquisição de Heftos Óleo & Gás Construções S/A ocorrida em 12/2021.

Este valor não deve ser incorporado em análises de fluxo de caixa descontado da Companhia, podendo ser considerado efeito meramente contábil.

b) Consolidado

No período de janeiro a dezembro/21, apresentou um lucro de R\$ 190.136 mil, ante um resultado negativo de R\$ (36.869) mil ocorrido em 2020.

- Lucro Bruto Operacional

Em 31/12/21 a Companhia apresentou, no Consolidado, um lucro bruto operacional de R\$ 223.605 mil, ante um prejuízo de R\$ 19.967 em 31/12/2020.

5.3. Endividamento

a) Companhia (ATSA)

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 46.241 mil (R\$ 47.388 mil em 31/12/20) constituem passivos relevantes da Companhia. Esse fluxo de pagamentos mensais ocorrerá até o ano de 2050 sendo de aproximadamente R\$140 mil mensais ajustados pela TJLP.

E temos o saldo em 31/12/2021, referente a contraprestação sobre a aquisição da empresa Heftos Óleo & Gás Construções S.A.., no valor de R\$ 58.169 mil a ser liquidado a partir de 2025 conforme estabelecido no acordo de compra e venda da Companhia.

- Despesas Financeiras

As despesas financeiras no período de janeiro a dezembro de 2021 alcançaram a cifra de R\$ (1.002) mil, quando comparadas com a quantia reconhecida R\$ (16.756) mil no resultado do exercício de 2020.

Em 31/12/21, a ATSA não possuía nenhum endividamento bancário.

b) Consolidado

Em 31/12/2021 no Consolidado estão registrados endividamentos bancários no valor de R\$ 19.007 mil, sendo que em 31/12/2020 o endividamento somava R\$ 22.696 mil.

5.4. Patrimônio Líquido

Devido ao efeito contábil gerado pela venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no primeiro trimestre/2021, bem como o aumento de capital ocorrido no terceiro trimestre de 2021 e aquisição da Heftos Óléo & Gás Construções S/A em dezembro/21, verifica-se uma relevante recuperação do Patrimônio Líquido, passando seu saldo de R\$ (240.014) mil em 31/12/2020 para o saldo de R\$ 106.971 em 31/12/2021.

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos Acionistas	Patrimônio líquido dos Acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.047	6.988	(281.405)	(246.370)		(246.370)
Aumento de capital social	43.200	-	-	43.200	-	43.200
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	25	-	25	-	25
Realização reserva de reavaliação	-	(49)	49	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício			(36.869)	(36.869)		(36.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.247	6.964	(318.225)	(240.014)		(240.014)
Aumento de capital social	153.269	-	-	153.269	-	153.269
Imposto sobre reserva de reavaliação	-	3.580		3.580	-	3.580
Realização reserva de reavaliação	-	(10.544)	10.544	-	-	-
Lucro líquido do período			190.136	190.136		190.136
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	224.516		(117.545)	106.971		106.971

5.5. LAJIDA

O quadro a seguir mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA nos exercícios findos de 2021 e 2020.

Consolidado R\$ mil					
	31/12/2021	31/12/2020			
Lucro/Prejuízo (antes IR/CSLL)	219.813	(36.707)			
Despesas e Receitas Financeiras	3.792	16.740			
Depreciação e Amortização	1.618	1.454			
LAJIDA	225.223	(18.513)			

6. Informação por segmento

Critério de Identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de seus estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios.

O Saldo Patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Infraestrutura	Óleo e Gás	Financeiro	Outros Ativos	Total
Ativo					
Ativo Circulante	29.988	83.842	-	3.696	117.526
Outros Ativos Não Circulantes	1	-	100	1.242	1.343
Investimentos e Propriedade para Investimentos	40.251	-	-	-	40.251
Imobilizado e Intangível	343	170.647		89.097	260.087
Total do ativo	70.583	254.489	100	94.035	419.207
Passivo					
Passivo circulante	2.520	71.533	_	23.731	97.784
Passivo não circulante	1.383	10.595	1	202.374	214.353
Patrimônio Líquido	67.980	150.262	100	(111.271)	107.071
Total do passivo	71.883	232.390	101	114.834	419.207
·					
Receita	33.645	43.084	_	134	76.863
Custo	(30.135)	(22.759)	-	(234)	(53.128)
Despesas gerais e administrativas	(3.055)	2.297	(2)	(25.346)	(26.106)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(1.263)	-	- '	232.455	231.192
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(5.216)	(5.216)
Resultado financeiro	(411)	(524)	_	(2.857)	(3.792)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(84)	- '	-	(29.593)	(29.677)
Prejuízo líquido do exercício	(1.303)	22.098	(2)	169.343	190.136

7. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa.

A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

8. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou em 15 de dezembro de 2021, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.azevedotravassos.com.br).

De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas e às vésperas de completar 100 anos, o Grupo Azevedo & Travassos se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém mantemos a convicção de que chegamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação ilibada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros.

Nossa reputação é o nosso ativo mais importante, e este Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar a atuação não apenas das companhias do grupo, mas também de cada um de seus conselheiros, diretores e colaboradores.

A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de seus integrantes. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se deve comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros.

Ética é um princípio básico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando na elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos.

O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais -- Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução – são fundamentais para atingimos um crescimento responsável e sustentável.

9. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a BDO RCS Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

10. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 02 de abril de 2022

Gustavo Nunes da Silva Rocha Diretor Presidente Leonardo Martins Diretor Financeiro e de RI

Ivan de Carvalho Jr Diretor Executivo

Notas Expricativas TRAVASSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, n° 1.050, São Paulo - SP.

As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária, conjuntamente referidas como "Grupo".

A controladora ATSA bem como a sua controlada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades. HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") tem como atividades principais a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up. Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST") tem como atividades principais a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confiram o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a pratica de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN).

Notas Expricativas TRAVASSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1.2. Relação de entidades controladas e coligadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 incluem as seguintes empresas operacionais: ATSA e ATI, cuja participação percentual na data base deste ITR está assim resumida:

•	31/12/2021		31/	12/2020		
·	%	Controle	%	Controle		
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (i)	-	-	100,00	Direto		
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	100,00	Direto	100,00	Direto		
Infrainvest ADM e Investimentos LTDA (ii)	100,00	Direto	-	-		
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (iii)	100.00	Direto	_	-		

- (i) Em março de 2021, a empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme Nota Explicativa n° 29.2 Outras Informações;
- (ii) Em outubro de 2021, a empresa Infrainvest ADM e Investimentos LTDA. foi constituída, conforme Nota Explicativa nº 29.12;
- (iii) Em dezembro de 2021, a empresa Heftos Óleo e Gás Construções S.A. foi adquirida, conforme Nota Explicativa n°29.11.

1.3. Estratégia operacional

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou lucro de R\$190.136 (-R\$36.869 em 2020), Capital Circulante Líquido (CCL) de R\$ 19.742 (-R\$117.981 em 2020) e patrimônio líquido de R\$106.971 (-R\$240.014 em 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão sendo adotadas inúmeras medidas que estão colocando a Companhia em novo rumo e num novo ciclo de crescimento e fortalecimento, reposicionando-se no mercado mediante a catalisação de sua reestruturação financeira e operacional.

O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

(i) O Conselho de Administração elegeu no dia 1º de junho de 2021 dois novos integrantes para o Corpo Diretor da organização: Gustavo Nunes da Silva Rocha e Leonardo Martins passaram a ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, respectivamente. A chegada dos novos integrantes potencializa o projeto de reposicionamento da organização no mercado;

Notas Expricativas TRAVASSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

- (ii) No dia 08 de junho de 2021, a Companhia anunciou o segundo aumento de capital privado no montante de até R\$ 153 milhões para financiar seu capital de giro de curto e médio prazo, especialmente aquele necessário para suportar as demandas de caixa das obras e os compromissos de PPLE, Refis e demais passivos assumidos pela Companhia;
- (iii) Em 03 de agosto de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Mais Lar Engenharia Ltda. ("Mais Lar"), empresa especializada em construção civil de imóveis residenciais que se enquadram nas regras de financiamento por programas do Governo Federal para incentivo da aquisição de moradia, para prospectar a construção de um empreendimento imobiliário habitacional que deverá ser incorporado e construído nos imóveis de propriedade da Companhia que hoje constituem a sua sede. O Memorando de Entendimentos prevê que as Partes iniciarão, de imediato, a elaboração de projetos e obtenção das licenças e autorizações necessárias para a implementação do empreendimento, cujo projeto preliminar prevê a construção de até 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) unidades habitacionais que se enquadrem nas regras de programas do Governo Federal para incentivo à moradia de famílias em áreas urbanas (Casa Verde e Amarela);
- Em 09 de agosto de 2021, a Companhia informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que, o Conselho de Administração da Companhia, na presente data, homologou o aumento de capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, conforme os termos deliberados em reunião realizada em 04 de junho de 2021 ("Aumento de Capital"). Foram subscritas e integralizadas a totalidade das ações ordinárias e preferenciais disponíveis para subscrição, sendo (i) 11.550.000 (onze milhões e quinhentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, correspondentes a 100% da quantidade máxima de ações ordinárias, e (ii) 23.100.000 (vinte e três milhões e cem mil) novas ações preferenciais, correspondentes a 100% da quantidade máxima de ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 5,11 (cinco Reais e onze centavos) por ação ordinária e R\$ 4,08 (quatro Reais e oito centavos) por ação preferencial, totalizando o montante de R\$ 153.268.500,00, (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos Reais). Em decorrência do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 71.247.137,15 (setenta e um milhões, duzentos e guarenta e sete mil, cento e trinta e sete reais e quinze centavos), dividido em 6.600.000 (seis milhões e seiscentas mil) ações ordinárias e 13.200.000 (treze milhões e duzentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 224.515.637,15 (duzentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e quinze mil, seiscentos e trinta e sete Reais e quinze

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

- centavos), representado por 18.150.000 (dezoito milhões e cento e cinquenta mil) ações ordinárias e 36.300.000 (trinta e seis milhões e trezentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal;
- (v) Em 03 de setembro de 2021, a Companhia anunciou a concessão do financiamento debtor-in-possession no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ao Grupo UTC ("Financiamento DIP"). O Financiamento DIP, que possui um prazo de 24 (vinte e quatro) meses e é garantido por uma alienação fiduciária da Base Macaé 1 e uma alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Heftos, deve ser corrigido pela variação do IPCA e possui uma remuneração contratada de 12% (doze por cento) ao ano, na forma de juros simples. Vale ressaltar ainda que o pagamento foi efetuado por meio de depósito judicial em favor do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e somente será liberado pelo Juízo após a implementação de condições precedentes remanescentes. Conforme anteriormente informado ao mercado, a Companhia pretende utilizar o valor desembolsado por meio do Financiamento DIP como parcela do pagamento a ser ofertado pela UPI Heftos por meio da proposta âncora (credit bid). A proposta âncora deve ser apresentada em leilão judicial a realizar-se no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC, em prazo a ser definido pelo juízo da recuperação judicial. A efetiva apresentação da proposta âncora pela Companhia, conforme previsto na Proposta Atualizada, seque sujeita a condições suspensivas e resolutivas, de forma que nada no presente Fato Relevante deve ser interpretado com qualquer indicação ou afirmação que as operações contidas na Proposta Atualizada serão efetivamente concluídas;
- (vi) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento ("MOU") com os acionistas da Engecampo Engenharia S.A. e EGC Comercial Elétrica e Hidráulica Ltda. ("Grupo Engecampo"), contendo os principais termos e condições vinculantes por meio dos quais a Companhia se propõe a adquirir 100% das ações do Grupo Engecampo. Fundada em 1987, o Grupo Engecampo possui extenso acervo técnico e uma qualificada equipe de profissionais compondo seu corpo técnico e administrativo, com atuação relevante em todo território nacional, tendo executado operações dos mais diversos graus de complexidade. Com sede em Porto Alegre, o Grupo Engecampo presta servicos de manutenção industrial, obras civis, construção e montagem eletromecânica, nas modalidades contratuais por preços globais ou EPC, atuando, principalmente, nos setores de Óleo & Gás, Mineração, Petroquímica, Siderurgia, Saneamento e Energia. A união da A&T com o Grupo Engecampo, caso venha a se concretizar, permitirá a troca de experiência de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios, acompanhada de sinergias, ganhos de escala e de clientes, resultando em um aumento de competitividade comercial e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, especialmente em Óleo e Gás. A assinatura do MOU é resultado de negociações diretas mantidas entre a Companhia e os controladores do Grupo Engecampo e tem por objetivo estabelecer as bases contratuais vinculantes para que a Companhia possa aprofundar e finalizar a auditoria jurídica, operacional e financeira que ofereça segurança para a conclusão da aquisição proposta;

- (vii) Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração tendo em vista o crescimento do mercado esperado e as oportunidades dentro do setor de Infraestrutura;
- (viii) Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;
- (ix) Executar as obras que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orcadas;
- (x) Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos, que permitam voltar à receita bruta consolidada aos patamares anteriores;
- (xi) Permanecer adimplente no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") instituído pela Lei nº 9.964/2000;
- (xii) Prosseguir com a ação ajuizada, atualmente, no Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, objetivando a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao Programa de Integração Social PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social Cofins. Referidas ações foram sobrestadas até julgamento do Supremo Tribunal Federal STF RE 592.616/RS Tema 118:
- (xiii) Prosseguir com a ação ajuizada objetivando a exclusão do ISSQN na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB. No entanto, é importante destacar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB, no julgamento do RE nº 1.187.264/SP (Tema 1.048), entendimento aplicável por similitude ao ISS;
- (xiv) Prosseguir com a ação ajuizada objetivando afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4°, parágrafo único, da Lei n° 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes);
- (xv) Prosseguir com as ações ajuizadas em nome da ATINFRA objetivando: (i) afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4°, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes), atualmente com liminar concedida para autorizar o recolhimento das contribuições vincendas ao FNDE (salárioeducação), INCRA, SENAI, SESI e SEBRAE, observando o valor limite

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

> de vinte salários-mínimos para a base de cálculo total de cada uma das mencionadas contribuições, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário decorrente dos valores que excederem esse limite, nos termos do artigo 151, inciso IV, do Código Tributário Nacional; (ii) a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, cuja a sentença de procedência, confirmou a liminar anteriormente deferida, para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de exigir da impetrante a inclusão na apuração da base de cálculo das contribuições vencidas e vincendas do PIS e da COFINS, dos valores de ISSQN destacado em suas notas fiscais de vendas de serviços; (iii) a exclusão do ISS na base de cálculo da CPRB, destacando-se, que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB, no julgamento do RE nº 1.187.264/SP (Tema 1.048), entendimento aplicável por similitude ao ISS; (iv) a exclusão das contribuições ao PIS e à COFINS de suas próprias bases de cálculo, ora em grau de recurso em face da sentença de improcedência; e (v) ajuizar ação objetivando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo das contribuições previdenciárias e parafiscais;

(xvi) Manter em dia o PPLE, principal acordo trabalhista da Companhia;

(xvii) No dia 14 de dezembro de 2021 a ATSA concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da UPI HEFTOS. O objeto da aquisição incluiu a propriedade da totalidade dos ativos operacionais (tangíveis e intangíveis) para consecução das operações da Heftos, à propriedade da matrícula que compõe o imóvel onde se desenvolvem as operações e os atestados e acervo técnico pertinente ao desenvolvimento das operações.

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, para execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinaria e manutenção de plataformas de produção offshore.

A aquisição da Heftos complementa o portfólio de serviços da Azevedo Travassos no setor de óleo e gás e permitirá a troca de experiências de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios acompanhada de sinergia e ganhos de escala. Essa aquisição resultará no um aumento da competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, óleo e gás e energia. Além disso, a aquisição representa um passo importante na área de descomissionamento de unidades de produção de campos maduros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Adicionalmente, o Relatório de Administração complementa estas notas explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

- Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 - 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ATSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em 31 de março de 2022.

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações contábeis, a Administração deve fazer a avaliação da capacidade de a Companhia continuar em operação em futuro previsível. Considerando as ações apresentadas na Nota Explicativa nº 1.3, a Administração concluiu que não há nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações contábeis.

2.2. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

2.4. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA") e de suas controladas, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"), HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") e Infrainvest ADM e Investimentos LTDA ("INFRAINVEST").

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de mercadorias e terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados principalmente pelo acervo técnico adquirido com a compra da Heftos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

3.6. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo.

Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se espera benefícios econômicos futuros ou transferidas quando há intenção de venda.

3.7. Investimentos e base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidálo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.15. Reconhecimento da receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Reconhecimento das receitas

As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.

4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

4.4. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.5. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.6. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, à investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

- 5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021
 - (i) Reforma da Taxa de Juros de Referência IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1° de janeiro de 2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1").

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

(ii) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16)

A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16/CPC 06 (R2) foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem determinadas condições.

- 5.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes
 - (i) Contratos onerosos Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022, não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Imobilizado: Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3).

Adicionalmente, para as seguintes normas ou alterações efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2023, não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Definição de estimativa contábil (Alterações à IAS 8);
- Considerações sobre reconhecimento inicial de impostos diferido (Alterações à IAS 12);
- Contratos de seguros (IFRS 17);
- Alterações na IFRS 4, que esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras;
- Classificação de passivos como circulante ou não-circulante (Alterações à IAS 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	8	-	26	2
Banco conta movimento	1.132	4.426	19.312	4.431
Aplicações financeiras	1	-	1	150
	1.141	4.426	19.339	4.583

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras:

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	25	-	18.343	2.087
Serviços e locações executados e não faturados	-	11	15.631	273
	25	11	33.974	2.360

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	25	11	32.442	597
Vencidas				
1 a 60 dias	-	-	1.245	301
61 a 180 dias	-	-	21	618
Acima de 180 dias	-	-	266	844
Total contas a receber	25	11	33.974	2.360
Provisão para créditos				
Saldo de clientes líquido	25	11	33.974	2.360

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

8. Estoques

•	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Material de construção e peças de manutenção	908	29	12.077	959
Material de revenda	-	-	6.996	-
	908	29	19.073	959

9. Estoques de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Azevedo & Travassos S.A.	-	4.215	-	4.215
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	-	-	18.301	18.301
	-	4.215	18.301	22.516
Circulante	-	-	18.301	18.301
Não circulante	-	4.215	-	4.215

A seguir, estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

	Consolidado		
M^2	31/12/2021	31/12/2020	
18.144	-	2.204	
17.207	-	2.011	
35.351	-	4.215	
ura Ltda			
22.999	9.835	9.835	
5.465	3.165	3.165	
4.343	2.851	2.851	
1.348	1.139	1.139	
1.536	1.311	1.311	
35.691	18.301	18.301	
71.042	18.301	22.516	
	18.144 17.207 35.351 ura Ltda 22.999 5.465 4.343 1.348 1.536 35.691	M ² 18.144 17.207 35.351 - ura Ltda 22.999 9.835 5.465 4.343 2.851 1.348 1.139 1.536 1.311 35.691 18.301	

⁽i) Em 30 de setembro de 2021, o lote Elísio está arrolado no REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000 (vide Nota Explicativa n° 20.1);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

(ii) Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes.

A seguir estão demonstradas as transferências do estoque para propriedade para investimentos (Nota n° 14):

	Valor anterior	Valor atual
	Estoque	PPI
Lote 7	2.204	8.430
Lote 8 A		3.190
Lote 8 B	2.011	1.130
Lote 8 C		2.620
OTAL	4.215	15.370

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores Nacionais	80	512	7.843	1.627
Fornecedores Internacionais	-	-	1.747	-
Salarios	-	-	415	-
Outros adiantamentos	7	51	7	85
	87	563	10.012	1.712

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	-	-	5.240	952
CSLL	-	-	2.031	202
ICMS	-	-	870	215
Outros impostos a recuperar	84	60	737	960
	84	60	8.878	2.329

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

12. Outras contas a receber

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas (Nota 16)	-	34.202	-	-
Depósito judicial	1.243	1.287	1.243	3.930
Conta Corrente - Consorcio	-	-	6.192	-
Venda de ativo fixo	-	31	-	1.127
Outras contas a receber	969	1.558	1.264	9.838
	2.212	37.078	8.699	14.895
Circulante	969	89	7.456	9.466
Não circulante	1.243	36.989	1.243	5.429

13. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (i)	-	(211.705)
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	66.679	19.196
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (iii)	172.360	-
Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. (ii)	98	-
Total investimento	239.137	(192.509)
Ativo não circulante	239.137	19.196
Passivo não circulante	-	(211.705)

- (i) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme Nota Explicativa n° 30.2.
- (ii) Em outubro de 2021, a empresa Infrainvest ADM e Investimentos LTDA. foi constituída, conforme Nota Explicativa n° 30.12.
- (iii) Em dezembro de 2021, a empresa Heftos Óleo e Gás Construções S.A. foi adquirida, conforme Nota Explicativa n°30.11.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

(b) Contexto operacional das empresas investidas

Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (desinvestida)

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., atualmente denominada MGCF Engenharia EIRELI, foi vendida em 25 de março de 2021, por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, deixando, a partir dessa data, de figurar como empresa investida. A alienação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de subsidiária, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionais normalmente.

Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2021, de 65.990.208 cotas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A.

HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida São Gabriel, 301, 1. andar, sala 101, Jardim Paulista, e cujo objeto social é a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up.

O capital social, subscrito e integralizado da HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. é composto, em 31 de dezembro de 2021, de 214.048.897 cotas.

Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.

Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Bueno da Ribeira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confiram o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a pratica de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2021, de 100.000 cotas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

(c) Movimento das investidas

			Controla	dora		
	ATE	ATI	Heftos	ATINV	ATD III	Total
Saldo final em 31/12/2019	(191.180)	18.618			3.274	(169.288)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.525)	578			306	(19.641)
Aumento de capital com terreno	<u> </u>				(3.580)	(3.580)
Saldo final em 31/12/2020	(211.705)	19.196			-	(192.509)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.216)	(1.301)	22.098	(2)	-	15.579
Aumento de capital		48.784				48.784
Baixa de investimento por alienação	216.921	-			-	216.921
Aquisição de investimento			150.262	100		150.362
Saldo final em 31/12/2021	-	66.679	172.360	98	-	239.137

(d) Informações sobre as empresas investidas:

	ATE		ATI		Het	tos	INFRAINVEST	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participação	=	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Ativo	=	15.178	70.581	24.910	254.488	=	100	-
Passivo	=	226.883	3.902	5.714	82.129	=	2	=
Patrimônio líquido	=	(190.842)	67.980	18.618	150.261	=	100	-
Lucro do exercício	=	(20.863)	(1.301)	578	22.098	=	(2)	=

14. Propriedades para investimentos

Terrenos

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo.

O registro das propriedades para investimento ocorreu pela transferência dos terrenos da Controladora na integralização de capital feita em 30/09/2021 a valor de mercado de R\$40.250.752.

Movimentação

	31/12/2021
	CONSOLIDADO
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	-
Aquisições	40.251
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	40.251

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Relação dos imóveis

Item	Descrição	31/12/2021
	Terreno	
1	Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó	
2	Area: 55.568,39m2 Cidade: São Paulo Terreno Endereço:Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó	25.284
	Area: 18.144,65m2 Cidade: São Paulo Terreno Endereço:Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte	7.749
3	do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó Area: 2.441,36m² Cidade: São Paulo	1.166
4	Terreno Endereço: Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do O Area: 6.697,14m²	
5	Cidade: São Paulo Terreno Endereço: Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó	3.363
	Area: 5.629,50m2 Cidade: São Paulo	2.689
	TOTAL	40.251

A classificação dos terrenos para propriedade para investimentos reflete a intenção da Administração de manutenção desses ativos para valorização do capital a longo prazo, contrapondo as obrigações da Companhia. A administração fará a avaliação a mercado dos terrenos anualmente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

15. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

		3										Controladora
Descrição	Imobilização em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Equipamentos de informática	Total
<u>Custo:</u>												
Saldo em 31/12/2019	-	6.507	733		-		-	521	522	7.815		16.098
Adições	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Transferência		-	(733)		-			(210)				(943)
Saldo em 31/12/2020	-	6.507	9		-		-	311	522	7.815		15.164
Saldo em 31/12/2020	-	6.507	9	-	-		-	311	522	7.815	-	15.164
Adições	32	-	229	4.663	500	1.994	327	(309)		-	216	7.652
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa		(6.507)	(9)				(287)	(2)	(522)	(7.815)		(15.142)
Saldo em 31/12/2021	32	-	229	4.663	500	1.994	40	-	-	-	216	7.674
Depreciação acumulada: Percentual de depreciação / ano	4%	4%	10%	10%	10%	10%	10%	10%			10%	
Saldo em 31/12/2019	470	(2.636)	(660)	10%	10%	10%	10%	(382)		(798)	10%	(4.476)
Despesa de depreciação no exercício		(262)	(000)					(36)		(58)		(356)
Transferência	_	(202)	660	_	_	_	_	181	_	-	_	841
Saldo em 31/12/2020	-	(2.898)	-	-	_	-		(237)		(856)	=	(3.991)
Saldo em 31/12/2020	-	(2.898)	-	-	-	-		(237)		(856)	-	(3.991)
Despesa de depreciação no exercício	-	(195)	(214)	-	-	-	(264)	-		(44)	(35)	(752)
Baixa	-	3.093	2	-	-	-	237	237	-	900	1	4.470
Saldo em 31/12/2021	-	-	(212)	-	-	-	(27)	-	-	-	(34)	(273)
Imobilizado líquido em 31/12/2020	-	3.609	9	-	-	-	-	74	522	6.959	-	11.173
Imobilizado líquido em 31/12/2021	32	-	17	4.663	500	1.994	13	-	-	-	182	7.401

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

												Consolidado
Descrição	Imobilização em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos Pesados	Veículos	Ferramentas	Móveis e utensílios	Outros	Terrenos	Reavaliação de terrenos	Equipamentos de informática	Total
<u>Custo:</u>												
Saldo em 31/12/2019	-	6.566	16.041		12.212		-	7.420	522	7.815	-	50.576
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Transferencias	-	-	91	-	(91)	-						-
Baixas			(9.092)		(1.778)			(3.606)				(14.476)
Saldo em 31/12/2020	-	6.566	7.040		10.343			3.814	522	7.815		36.100
Saldo em 31/12/2020	-	6.566	7.040	-	10.343	-		3.814	522	7.815	-	36.100
Adições	32	-	24.976	4.663	513	1.994	454	-	34.090	-	764	67.486
Baixas	-	(6.566)	(12.398)	-	(10.343)	-	(388)	(3.814)	(522)	(7.815)	(16)	(41.862)
Saldo em 31/12/2021	32		19.618	4.663	513	1.994	66	-	34.090		748	61.724
Depreciação acumulada:												
Percentual de depreciação / ano	4%	4%	10%	10%	10%	10%	10%	10%			10%	
Saldo em 31/12/2019	-	(2.688)	(13.804)	-	(9.158)	-	-	(6.035)		(798)	-	(32.483)
Despesa de depreciação no exercício	-	(263)	(351)	-	(400)	-	-	(382)		(58)	-	(1.454)
Baixas	-	-	7.684	-	1.267	-	-	3.230		-	-	12.181
Saldo em 31/12/2020	-	(2.951)	(6.471)	-	(8.291)	-	-	(3.187)	-	(856)	-	(21.756)
Saldo em 31/12/2020	-	(2.951)	(6.471)	-	(8.291)	-		(3.187)		(856)	-	(21.756)
Despesa de depreciação no exercício	-	(195)	(1.047)	-	(5)	-	(265)	-		(44)	(62)	(1.618)
Baixas	-	3.146	6.473	-	8.291	-	237	3.187		900	1	22.235
Saldo em 31/12/2021	-	-	(1.045)	-	(5)	-	(28)	-	-	-	(61)	(1.139)
Imobilizado líquido em 31/12/2020	-	3.615	569	_	2.052	-	-	627	522	6.959	-	14.344
Imobilizado líquido em 31/12/2021	32	-	18.573	4.663	508	1.994	38	-	34.090	-	687	60.585

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

16. Intangível

		Consolidado							
	Taxa anual de		31/12/2021		31/12/2020				
	amortização %	Custo	Amortização	Líquido	Líquido				
Softwares	20,00	11	-	11	22				
Acervo Técnico	10,00	117.775	-	117.775					
Licencas		22	-	22	-				
Backlog	33,33	38.625	-	38.625	-				
Marcas	5,88	36.321	-	36.321	-				
Projetos em Andar	mento	6.748	-	6.748	-				
Total		199.502		199.502	22				

A movimentação do saldo dos intangíveis ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	Consolidado						
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021			
Softwares	1.890	11	(1.890)	11			
(-) Amortização Acumulad	(1.868)	-	1.868	-			
Acervo Técnico	-	157.311	(39.536)	117.775			
Licencas	-	22	-	22			
Backlog	-	38.625	-	38.625			
Marcas	-	36.321	-	36.321			
Projetos em Andamento	-	6.748	-	6.748			
Total	22	239.038	(39.558)	199.502			

17. Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente de empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a Controladora e suas subsidiárias para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Control	adora	Consoli	dado
-	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras contas a receber com empresas				
do Grupo				
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	-	33.475	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	-	727	-	-
- -	-	34.202		
Mútuos financeiros passivos com acionist	as			
Acionistas controladores	-	(6.582)	-	(7.040)
Acionistas não controladores	(5.696)	(1.675)	(5.597)	(2.290)
- -	(5.696)	(8.257)	(5.597)	(9.330)
-	(5.696)	25.945	(5.597)	(9.330)

(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do ano de 2021 e no resultado do ano de 2020, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto.

(c) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$2.427 (R\$ 630 no ano de 2020).

18. Empréstimos e financiamentos

			Conso	lidado
Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	CDI + 3,90% AA	2018 a 09/2024	-	22.696
Cédula Crédito Bancário - OP 5473937	3% a.m	22/07/21 A 22/06/2022	7.253	-
Cédula Crédito Bancário - OP 0036.365	8,7311% a.a	30/11/21 A 31/03/2022	5.631	-
Cédula Crédito Bancário - OP 0036.447	8,7311% a.a	24/01/22 A 24/09/2022	6.123	-
Total			19.007	22.696
Circulante			19.007	22.696
Não circulante			-	-

As operações de crédito bancário da Heftos não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia e os prazos das linhas bancárias em aberto são inferiores a doze meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R\$12.927 e R\$27.639 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R\$5.140 e R\$19.251 em 31 de dezembro de 2020).

		Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
			·	
Materiais	2.935	1.903	11.599	7.128
Serviços	9.992	3.237	16.040	12.123
	12.927	5.140	27.639	19.251

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas e o cronograma de amortização da dívida está descrito abaixo:

	Controladora		Consc	lidado
	31/12/2021	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2020
A vencer	7.625	-	15.853	-
Vencidos				
Vencidos de 1 a 180 dias	1.034	372	7.373	522
Vencidos de 181 a 365 dias	13	471	112	503
Vencidos de 1 a 2 anos	31	167	77	2.096
Vencidos de 2 a 3 anos	319	3.351	319	7.391
Acima 3 anos	3.905	779	3.905	8.739
Total dos fornecedores a pagar	12.927	5.140	27.639	19.251

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

20. Salários, provisões para férias e encargos sociais

		Controladora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Salários, férias, 13º salário e quitações a pagar	474	1.818	8.101	14.635	
Provisão para férias e 13 salário	407	166	12.219	1.165	
Encargos sociais	457	7.423	5.438	30.391	
Acordos trabalhistas	38.338	11.469	38.338	52.403	
	39.676	20.876	64.096	98.594	
Circulante	1.194	9.264	25.614	44.733	
Não circulante	38.482	11.612	38.482	53.861	

O aumento da posição de números na controladora nos acordos trabalhistas se dá pela Provisão de PPLE na Coobrigação estabelecida juridicamente com a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no valor de R\$ 28.269.

A redução da posição nos números consolidados deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos saldos em aberto.

21. Obrigações tributárias - REFIS e outros impostos

21.1. REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou as parcelas da dívida, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 31 de dezembro de 2014, dividindo-se o saldo do extrato da dívida, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A Administração, em 31 de dezembro de 2021, verificou que o saldo atualizado e remanescente da dívida totalizava o montante de R\$46.204 (R\$47.388 em 2020), e encontra-se adimplente com os pagamentos, sendo o cronograma de amortização da dívida de curto e longo está descrito a seguir:

		Controladora
Vencimento das parcelas	Valor Total	%
2022	1.621	3,51%
2023	1.621	3,51%
2024	1.621	3,51%
2025	1.621	3,51%
A partir de 2026	39.719	85,96%
	46.204	100,00%
Circulante	1.621	3,51%
Não Circulante	44.583	96,49%

21.2. Outros impostos

Abaixo segue quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia. A redução da posição nos números consolidados deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos saldos em aberto:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Outros impostos					
ICMS a recolher	-	-	382	38	
ISS a recolher	5	2.532	1.363	6.959	
INSS	5	2.771	3.129	23.783	
Impostos retidos na fonte	258	2.326	4.561	16.957	
PIS e COFINS a recolher	6	2.174	2.208	13.488	
IRPJ e CSLL a recolher	350	432	444	1.256	
Inscrição na PGFN	5.362	-	15.958	-	
PPI (Prog. Parc. Incent. PMSP)	5.518	-	5.518	-	
Outros e parcelamentos	743	2.854	4.701	2.385	
	12.247	13.089	38.264	64.866	
Circulante	1.940	13.089	16.016	64.836	
Não circulante	10.307	-	22.248	30	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

22. Outras contas a pagar

	Controladora Consc			Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a pagar	-	828	-	2.011
Partes relacionadas (i)	5.696	8.257	5.597	9.330
UTC Engenharia S/A (iii)	58.169	-	58.169	-
Acordos judiciais (ii)	5.479	-	5.478	-
Adiantamento de Clientes	-	-	1.839	-
Provisões diversas	-	87	-	940
Outras	7.728	742	7.726	4.726
	77.072	9.914	78.809	17.007
Circulante	6.050	1.616	7.887	3.987
Não circulante	71.022	8.298	70.922	13.020

- (i) Valor referente a mútuos financeiros com acionistas não controladores (Nota n° 17);
- (ii) Acordos trabalhistas homologados no PPLE, com pagamentos parcelados (Nota nº 30.1);
- (iii) Valor referente a saldo a pagar na aquisição da Heftos.

23. Provisão para contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrava. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2021, está provisionado na Controladora o montante de R\$8.057 e no consolidado R\$8.057 (R\$5.031 e R\$30.312 em 31 de dezembro de 2020), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A redução dessa posição nos números consolidados deve-se à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pelos valores que acresciam ao consolidado, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Control	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	
Causas Trabalhistas	5.801	1.385	5.801	17.758	
Causas tributárias	-	1.611	-	3.879	
Causas Cíveis	2.256	2.035	2.256	8.675	
	8.057	5.031	8.057	30.312	

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo:

Cível: R\$4.419;Fiscal: R\$1.914.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que o Grupo é parte são promovidos por excolaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária.

A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

24. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$224.515.637,15, divididos em 18.150.000 ações ordinárias e 36.300.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 54.450.000 ações. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$71.247, divididos em 6.600.000 ações ordinárias e 13.200.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 19.800.000 ações.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

A redução dessa posição nos números da Companhia deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos prejuízos do grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

25. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	152	178	86.273	27.876
	152	178	86.273	27.876
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(18)	(13)	(9.410)	(2.340)
	(18)	(13)	(9.410)	(2.340)
Receita líquida	134	165	76.863	25.536

O aumento da receita liquida se dá pela aquisição da Heftos em dezembro de 2021 (R\$ 43.084).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

26. Gastos por natureza

	Controladora							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total
Salários e encargos	(99)	(12.388)	-	(12.487)	(9)	(1.786)	-	(1.795)
Serviços contratados de terceiros	(28)	(8.888)	-	(8.916)	(5)	(2.689)	-	(2.694)
Provisão para obrigações legais	-	-	-	-	-	-	(326)	(326)
Outras provisões e despesas	-	-	(33.365)	(33.365)		-	-	-
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado (i)	-	-	207.605	207.605	-	-	(11)	(11)
Materiais	(5)	-	-	(5)	(16)	-	-	(16)
Multa de acordo trabalhista	-	-	-	-	-	-	(5.603)	(5.603)
Avaliação valor justo / Desagio (ii)	-	-	87.039	87.039		-	-	-
Outras despesas	(102)	(4.071)	(28.824)	(32.997)	-	(1.429)	-	(1.429)
	(234)	(25.347)	232.455	206.874	(30)	(5.904)	(5.940)	(11.874)

⁽i) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme explicado na Nota Explicativa n° 30.2. (ii) Deságio na aquisição da Heftos, conforme explicado na Nota Explicativa n° 30.11.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

		Consolidado								
	_	31/12/2021				31/12/2020				
		Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Total	
Provisão para obrigações legais	_	-	-	-	-	-	-	4.268	4.268	
Salários e encargos		(25.751)	(10.521)	-	(36.272)	(16.430)	1.933	-	(14.497)	
Serviços contratados de terceiros		(6.881)	(9.740)	-	(16.621)	(2.855)	(5.343)	-	(8.198)	
Outras provisões e despesas		-	-	(33.365)	(33.365)	-	342	1.862	2.204	
Materiais		(11.791)	-	-	(11.791)	(7.551)	-	-	(7.551)	
Revenda		-	-	-	-	(35)	-	-	(35)	
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	(i)	-	-	207.605	207.605	-	-	2.614	2.614	
Multa de acordo trabalhista		-	-	-	-	-	-	(23.538)	(23.538)	
Avaliação valor justo / Desagio	(ii)	-	-	87.039	87.039	-	-	-	-	
Outras despesas		(8.705)	(5.845)	(30.087)	(44.637)	2.963	(3.733)	-	(770)	
	_	(53.128)	(26.106)	231.192	151.958	(23.908)	(6.801)	(14.794)	(45.503)	

⁽iii) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme explicado na Nota Explicativa nº 30.2.

⁽iv) Deságio na aquisição da Heftos, conforme explicado na Nota Explicativa n° 30.11.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

27. Receitas e (despesas) financeiras

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
Receitas financeiras					
Descontos obtidos	1	-	13	16	
Juros Ativos	-	-	8	-	
Rendimentos Aplicacoes Financeiras	-	-	11	-	
	1	-	32	16	
Despesas financeiras					
Encargos de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(10.738)	
Juros passivos (tributos, fornecedores e outros)	(2.859)	(5.181)	(3.824)	(6.018)	
	(2.859)	(5.181)	(3.824)	(16.756)	
Receita líquida	(2.858)	(5.181)	(3.792)	(16.740)	

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados a seguir:

		Controladora	Consolidado			
•	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contri	219.729	(36.869)	219.813	(36.707)		
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%		
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(74.708)	12.535	(74.736)	12.480		
Itens de conciliação para determinaçãoda taxa	efetiva:					
Resultado de equivalência patrimonial	(5.297)	(6.793)	1.773	-		
Despesas indedutíveis	-	(111)	-	1.451		
Outras (adições) exclusões	50.412	(5.631)	43.286	(14.093)		
Imposto de renda e contribuição social apurado	(29.593)		(29.677)	(162)		
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(84)	(162)		
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(29.593)	-	(29.593)	-		
Imposto de renda e contribuição social no resu	(29.593)	_	(29.677)	(162)		
Alíquota efetiva	13,47%	0,00%	13,50%	-0,44%		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no exercício de 2020, foi pela apuração pelo Lucro Real Trimestral, tendo a administração optado pela apuração pelo Lucro Real Trimestral no exercício de 2021.

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado			
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
-	(3.580)	-	(3.580)		
(29.593)	-	(29.593)	-		
(29.593)	(3.580)	(29.593)	(3.580)		
	(29.593)	31/12/2021 31/12/2020 - (3.580) (29.593) -	31/12/2021 31/12/2020 31/12/2021 - (3.580) - (29.593) - (29.593)		

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

29.1. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

29. Outras informações

29.1. Deferimento de requerimento de liquidação planejada de execuções trabalhistas

A Companhia tem honrado com os compromissos assumidos quando da homologação do PPLE, em 16 de setembro de 2020, e vêm obtendo êxito no afastamento de novos bloqueios judiciais de suas contas e recebimentos, trazendo nova tranquilidade para a condução de seus compromissos financeiros e gestão de seu fluxo de caixa. Ainda haverá uma audiência com a possibilidade de redução do total devido, sendo que neste momento, não é possível a mensuração do possível benefício patrimonial final. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia já havia pagado as primeiras 16 parcelas de um total de 36.

29.2. Venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Conforme divulgado ao mercado via Fato Relevante em 25/03/2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual alienou a totalidade de sua participação societária detida na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

Uma vez que as atividades operacionais da ATE estavam suspensas desde 2018, a alienação desta subsidiária não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de sua outra subsidiária, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionais normalmente.

29.3. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2021

Em 30 de abril de 2021 realizou-se a última Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que aprovou, dentre outros, os seguintes temas:

- As Contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- Destinação do resultado do exercício de 2020 (prejuízo) para a conta de prejuízos acumulados;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

- Fixar a remuneração global máxima aos administradores e conselheiros, para o exercício de 2021, em R\$ 4.080 mil;
- A instalação do Conselho Fiscal e a eleição de 03 (três) conselheiros e respectivos suplentes;
- Reforma do Estatuto Social da Companhia e consolidação integral do Estatuto Social refletindo todas as alterações aprovadas, destacando-se:
 - (a) A atualização do capital social homologado pelo Conselho de Administração em 23/12/2020;
 - (b) O incremento do valor do capital autorizado de emissão da Companhia.

29.4. Fato Relevante-01/06/21- Eleição de Nova Diretoria

Em 01 de junho de 2021 o Conselho de Administração elegeu dois novos membros para a Diretoria Executiva da ATSA. Foram nomeados Gustavo Nunes da Silva Rocha como Diretor Presidente e Leonardo Martins como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Ivan de Carvalho Junior, que até então ocupava o cargo de Diretor Presidente, passou a assumir a função de Diretor Executivo da Companhia.

29.5. Fato Relevante-03/08/21 - MOU da Mais Lar

Em 3 de agosto de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Mais Lar Engenharia Ltda. ("Mais Lar"), empresa especializada em construção civil de imóveis residenciais que se enquadram nas regras de financiamento por programas do Governo Federal para incentivo da aquisição de moradia, para prospectar a construção de um empreendimento imobiliário habitacional que deverá ser incorporado e construído nos imóveis de propriedade da Companhia que hoje constituem a sua sede.

O Memorando de Entendimentos prevê que as Partes iniciarão, de imediato, a elaboração de projetos e obtenção das licenças e autorizações necessárias para a implementação do empreendimento, cujo projeto preliminar prevê a construção de até 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) unidades habitacionais que se enquadrem nas regras de programas do Governo Federal para incentivo à moradia de famílias em áreas urbanas (Casa Verde e Amarela).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

29.6. Comunicado ao Mercado-09/08/21 - Homologação do Aumento Capital

Em 07/06/21, o Conselho de Administração da Companhia apresentou proposta para aumento privado de Capital Social, por meio do qual seus credores e acionistas puderam capitalizar créditos e dinheiro até o limite de R\$ 153.268.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais). O aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração da Companhia foi homologado na sua totalidade em 09/08/21.

29.7. Fato Relevante-03/09/2021-Financiamento DIP na RJ do Grupo UTC

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com o Grupo UTC, e comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 15 de fevereiro, 26 de abril, 26 de maio e 24 de junho de 2021 que realizou a concessão do financiamento debtor-inpossession no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ao Grupo UTC ("Financiamento DIP").

O Financiamento DIP, que possui um prazo de 24 (vinte e quatro) meses e é garantido por uma alienação fiduciária da Base Macaé 1 e uma alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Heftos, deve ser corrigido pela variação do IPCA e possui uma remuneração contratada de 12% (doze por cento) ao ano, na forma de juros simples. Vale ressaltar ainda que o pagamento foi efetuado por meio de depósito judicial em favor do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e somente será liberado pelo Juízo após a implementação de condições precedentes remanescentes.

Conforme anteriormente informado ao mercado, a Companhia pretende utilizar o valor desembolsado por meio do Financiamento DIP como parcela do pagamento a ser ofertado pela UPI Heftos por meio da proposta âncora (credit bid). A proposta âncora deve ser apresentada em leilão judicial a realizar-se no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC, em prazo a ser definido pelo juízo da recuperação judicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A efetiva apresentação da proposta âncora pela Companhia, conforme previsto na Proposta Atualizada, segue sujeita a condições suspensivas e resolutivas, de forma que nada no presente Fato Relevante deve ser interpretado com qualquer indicação ou afirmação que as operações contidas na Proposta Atualizada serão efetivamente concluídas.

29.8. Fato Relevante-30/09/2021, MOU da Engecampo

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Engecampo Engenharia S.A. e EGC Comercial Elétrica e Hidráulica Ltda. ("Grupo Engecampo"), contendo os principais termos e condições vinculantes por meio dos quais a Companhia se propõe a adquirir 100% das ações do Grupo Engecampo.

Fundada em 1987, o Grupo Engecampo possui extenso acervo técnico e uma qualificada equipe de profissionais compondo seu corpo técnico e administrativo, com atuação relevante em todo território nacional, tendo executado operações dos mais diversos graus de complexidade. Com sede em Porto Alegre, o Grupo Engecampo presta serviços de manutenção industrial, Obras Civis, Construção e Montagem Eletromecânica, nas modalidades contratuais por preços globais ou EPC, atuando, principalmente, nos setores de Óleo & Gás, Mineração, Petroquímica, Siderurgia, Saneamento e Energia.

A união da A&T com o Grupo Engecampo, caso venha a se concretizar, permitirá a troca de experiência de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios, acompanhada de sinergias, ganhos de escala e de clientes, resultando em um aumento de competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, especialmente em Óleo e Gás.

29.9. Aumento de capital na ATInfra

Em 30/09/21 foi realizado aumento do capital social da subsidiária Azevedo e Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATInfra"), aumento esse de R\$ 47.824.310,00 (quarenta e sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e dez reais), passando seu capital social de R\$ 18.165.898,00 (dezoito milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais) para R\$ 65.990.208,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e oito reais), da seguinte forma:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

- (a) Integralização de valores aportados na ATInfra pela Companhia no valor total de R\$ 7.573.558,00 (sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito Reais);
- (b) Integralização de bens imóveis de propriedade da Companhia, todos registrados perante o 8º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, que em conjunto possuem um valor total de R\$ 40.250.752,00 (quarenta milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e dois Reais).

29.10. Efeitos da pandemia do Coronavírus nas atividades da Companhia

A Companhia segue com suas obras em andamento e seus escritórios trabalhando normalmente, sempre com medidas preventivas e protetivas.

29.11. Aquisição da Heftos

No dia 15 de dezembro de 2021 a Azevedo &Travassos S.A. concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da UPI HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. O objeto da aquisição incluiu a propriedade da totalidade dos ativos operacionais (tangíveis e intangíveis) para consecução das operações da Heftos, bem como a propriedade do imóvel matriculado sob o nº 2.098, no 3º Oficial de Serviços Notariais e de Registro de Imóveis da Comarca de Macaé, Estado do Rio de Janeiro onde se desenvolvem as operações e os atestados e acervo técnico pertinente ao desenvolvimento das operações da Heftos.

Adicionalmente a Companhia contratou a E&Y para elaborar o relatório de PPA (Purchase Price Allocation) de modo a obter uma opinião independente relacionada a aquisição. O quadro resumo encontra-se abaixo:

PPA (R\$ mil)	Valor Justo
Preço Pago por 100% das quotas (A)	138.169
Patrimônio líquido Inicial (B)	195.153
Imobilizado	(5.355)
Acervo técnico	(157.311)
Certificado Petrobras	117.775
Backlog	38.625
Marca	36.321
Total (C)	30.055
Montante não alocado (A) - (B) - (C) = (D)	(87.039)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

29.12-Constituição da Infralnvest

A Infralnvest é uma subsidiária integral da Azevedo & Travassos S.A., constituída em 30 de setembro de 2021 cujos objetos sociais consistem em: participar em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista; investir em instrumentos de capital próprio, bom como valores mobiliários ou direitos convertíveis, permutáveis ou que confiram o direito à sua aquisição; investir em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, das sociedades em que participe ou em que se proponha participar; aplicar excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros; e realizar operações financeiras.

30. Eventos subsequentes

30.1. Consórcio da A&T vence processo competitivo organizado pela AENA Brasil

No dia 10 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de consórcio firmado em conjunto com a Encalso Construções, sagrou-se vencedora do processo competitivo organizado pela AENA Brasil para execução das obras dos aeroportos de Maceió, Aracaju e Juazeiro do Norte (Bloco 3 do processo competitivo).

O contrato para realização das obras possui valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), e o consórcio vencedor é formado com a Encalso Construções na proporção de 50% da Companhia e 50% da Encalso.

30.2. Consórcio Global Saneamento - Sul vence processo competitivo organizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

No dia 24 de janeiro de 2022, a ATInfra, por meio do Consórcio Global Saneamento - Sul, constituído em conjunto com a Infracon Engenharia e ("Infracon") Hydrosistem Ltda. е Engenharia ("Hydrosistem"), sagrou-se vencedora do processo competitivo organizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP") para execução das obras de engenharia para atendimento da manutenção e crescimento vegetativo de redes e ligações nos sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos, nas áreas abrangidas pelos Municípios de São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema. O contrato para realização das obras possui valor de R\$139.900.000,00 (cento e trinta e três milhões de reais), e o consórcio vencedor é formado na proporção de 34% da ATInfra, 33% da Infracon e 33% da Hydrosistem.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

30.3. Prorrogação do prazo do MOU celebrado com o Grupo Engecampo

No dia 04 de março de 2022, a Companhia, em complemento ao Fato Relevante divulgado em 22 de setembro de 2021, e o Grupo Engecampo celebraram um novo aditamento ao MOU para fins de prorrogar o prazo de exclusividade para a aquisição pela Companhia de 100% (cem por cento) das ações do Grupo Engecampo por mais 60 dias corridos.

31. Informação por Segmento

Critério de Identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de seus estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios.

O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

Canaalidada

			Consolidado				
	31/12/2021						
	Infraestrutura	Óleo e Gás	Financeiro	Outros Ativos	Total		
Ativo	·						
Ativo Circulante	29.988	83.842	-	3.696	117.526		
Outros Ativos Não Circulantes	1	-	100	1.242	1.343		
Investimentos e Propriedade para Investimentos	40.251	-	-	-	40.251		
Imobilizado e Intangível	343	170.647		89.097	260.087		
Total do ativo	70.583	254.489	100	94.035	419.207		
Passivo							
Passivo circulante	2.520	71.533	-	23.731	97.784		
Passivo não circulante	1.383	10.595	1	202.374	214.353		
Patrimônio Líquido	67.980	150.262	100	(111.271)	107.071		
Total do passivo	71.883	232.390	101	114.834	419.207		
Receita	33.645	43.084	-	134	76.863		
Custo	(30.135)	(22.759)	-	(234)	(53.128)		
Despesas gerais e administrativas	(3.055)	2.297	(2)	(25.346)	(26.106)		
Outras receitas e (despesas) operacionais	(1.263)	-	-	232.455	231.192		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(5.216)	(5.216)		
Resultado financeiro	(411)	(524)	-	(2.857)	(3.792)		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(84)			(29.593)	(29.677)		
Prejuízo líquido do exercício	(1.303)	22.098	(2)	169.343	190.136		

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Azevedo & Travassos S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azevedo & Travassos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisição de participação societária

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da Heftos Óleo e Gás Construções S.A. ('Heftos') por meio do leilão de ativos realizado pelo grupo UTC. Para efetuar o registro contábil em conformidade com o CPC 15 (R1)/IFRS 3, a Companhia contratou um especialista para elaboração de laudo para alocação do preço de compra. Como consequência, a Companhia realizou o registro do investimento de R\$ 172.360 mil, com as devidas alocações, conforme Notas Explicativas nos 13 e 29.11, além do registro do deságio no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 87.039 mil, que reflete a compra vantajosa realizada.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores, bem como o fato de a posição patrimonial consolidada da Companhia ter sido alterada de maneira substantiva, impactando nossa avaliação de risco e demais procedimentos de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- ? Reuniões com a administração da Companhia para entendimento das transações referentes a aquisição da Heftos e impactos contábeis;
- ? Envolvimento de especialistas de finanças corporativas para análise do laudo que deu base à alocação do preço de compra, incluindo avaliação das premissas utilizadas, entendimento das metodologias adotadas e testes de sensibilidade;
- ? Testes de detalhes por considerar a Heftos um componente significativo;
- ? Avaliação quanto a divulgação efetuada em relação às normas aplicáveis.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos certos ajustes que foram registrados nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para contingências e obrigações tributárias

Resposta da auditoria ao assunto

De acordo com a Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado a título de provisão o valor de R\$ 8.057 mil na controladora e no consolidado. As situações em que as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas. No exercício de 2021, a Companhia realizou diversos acordos trabalhistas que estão refletidos na Nota Explicativa nº 20 no montante de R\$ 38.338 mil.

Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 21, a Companhia possui diversas obrigações tributárias em atraso, que resultaram em parcelamentos REFIS, PERT e PPI.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, além do julgamento na avaliação das estimativas. Considerando a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas discussões judiciais, qualquer mudança de prognóstico pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

? Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos em andamento, bem como a respectiva avaliação de valores e probabilidade de perda:

- ? Envolvimento dos nossos especialistas das áreas tributária e trabalhista para recálculo e validação dos parcelamentos existentes e acordos realizados;
- ? Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos certos ajustes que foram registrados nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais, determinamos que as provisões estão apropriadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- ? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ? Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- ? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- ? Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1

Julian Clemente Contador CRC 1 SP 197232/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e no Estatuto Social da Companhia, examinou as demonstrações financeiras da Companhia; o parecer dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e, o Relatório Anual da Administração, concluindo pela aprovação desses documentos. Quanto à proposta da Diretoria da Companhia em relação à destinação do resultado do exercício, os membros do Conselho Fiscal indicam para a Assembleia Geral Ordinária a mesma recomendação já manifestada pelo Conselho de Administração, nesta data, destinando o lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 106.971 mil à conta de prejuízos acumulados. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos membros do Conselho Fiscal. Por fim, com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, bem como considerando, ainda, o parecer e os esclarecimentos adicionais dos auditores independentes, este Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberação pelos senhores acionistas em Assembleia Geral Ordinária da Companhia. São Paulo, 1º de abril de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não foi instalado o Comitê de Auditoria na Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não foi instalado o Comitê de Auditoria na Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2021

Gustavo Nunes da Silva Rocha Diretor Presidente

Leonardo Martins Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Ivan de Carvalho Junior Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativo ao exercício de 2021.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

Gustavo Nunes da Silva Rocha Diretor Presidente

Leonardo Martins Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Ivan de Carvalho Junior Diretor Executivo